

Plataformas digitais e o ensino de português no Paraná

Renata Praça de Souza Telles¹
Teresa Cristina Wachowicz²,
Matheus Leschnhak³
Monique Isabelle Costa⁴
Victor Valentim Teixeira⁵

Diversos aplicativos de uso obrigatório foram implantados nas escolas paranaenses desde o início do ensino remoto durante a pandemia, e com mais força, especialmente, em 2023, após a reeleição de Ratinho Júnior (PSD). A universidade, lugar do qual falamos, foi tomando conhecimento dessa problemática aos poucos, principalmente a partir dos relatos dos licenciandos envolvidos nas escolas como estagiários.

Até onde sabemos, a implantação dessas tecnologias foi feita com pouca ou absolutamente nenhuma discussão com a sociedade – mas também, infelizmente, sem reação pública. Não ouvimos os gritos dos professores e alunos da rede estadual, que sempre levantaram a voz contra os desmandos na educação, nem ouvimos manifestação das universidades em defesa da educação pública de qualidade. Continuamos, no entanto, a escutar diariamente a propaganda de que o Paraná tem a melhor educação do Brasil.

Enquanto isso, o ex-secretário de educação da gestão anterior, Renato Feder, saiu daqui e foi para São Paulo, levando com ele as aulas prontas em slides, a compra de livros digitais sem licitação, a instalação secreta de aplicativos nos celulares de alunos e professores e a compra de computadores de sua própria empresa. Foi a partir de São Paulo que começamos a ver escândalos diários, investigações e discussões nos grandes jornais sobre as plataformas digitais. Nada no Paraná ou sobre o Paraná.

Já passou da hora! Nós, professoras da área de linguística e literatura e graduandos do curso de licenciatura em Letras da UFPR, gostaríamos de tornar pública a discussão que viemos fazendo desde o primeiro semestre de 2023, a partir de uma mesa organizada na Semana de Letras com o título: **“Pra que professor? O que se espera do aluno? As plataformas digitais e o ensino de português no Paraná”**, com o intuito de ampliar o debate e a investigação.

Como o acesso às plataformas é restrito a professores e alunos da rede estadual, com login e senha, e como esse acesso é contabilizado e vigiado pela Secretaria de Educação através de um sistema de *business intelligence* (Power BI), sem relatos e denúncias de alunos envolvidos em diferentes estágios de docência e sem a colaboração de professores que, por razões óbvias, permanecem no anonimato, nós não teríamos

¹ Professora de Literatura Brasileira da UFPR.

² Professora de Linguística da UFPR.

³ Graduando do curso de Licenciatura em Letras Português da UFPR.

⁴ Graduanda do curso de Licenciatura em Letras Português da UFPR.

⁵ Graduando do curso de Licenciatura em Letras Português da UFPR.

tomado conhecimento da implantação e do funcionamento dessas plataformas. Fato que demonstra como nada disso foi discutido com a sociedade e como os formadores de professores não têm acesso ao material imposto pela Secretaria a todas as salas de aula do Paraná. Assim, **as observações que faremos** a seguir, limitando-nos somente à área de língua portuguesa, **sobre as plataformas Leia Paraná e Redação Paraná**, duas das tantas existentes, **são preliminares e parciais, feitas a partir do pouco que está disponível online e de relatos anônimos.**

Sobre o Leia Paraná

Para entender a situação, vamos começar pela apresentação do Leia Paraná feita pelo próprio governo, disponível no site da plataforma:

Considerando a importância social da leitura, de um bom desempenho dos estudantes não só no componente curricular de Língua Portuguesa, mas em todas as áreas do conhecimento e as necessidades do mundo do trabalho, a partir de 2023 os alunos terão acesso a uma nova ferramenta para as aulas de leitura, a plataforma Leia Paraná.

Os objetivos desta ferramenta são fomentar o gosto pela leitura, desenvolver competências leitoras, fortalecer o hábito de ler nas diferentes áreas do conhecimento e contribuir para o desenvolvimento da cultura digital.

Para isso, a plataforma conta com 60 títulos adequados a diferentes faixas etárias, que tratam de uma diversidade de temáticas e áreas do conhecimento. As obras selecionadas vão de best-sellers aos clássicos da literatura universal. Ao longo da leitura de cada obra, o estudante responderá exercícios elaborados a partir de uma matriz de referência com objetivo de avaliar a sua capacidade de compreensão e análise crítica da obra. (Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/plataformas_educacionais/leia_parana. Acesso em: 19 ago. 2023)

As aulas de leitura e literatura estão a cargo do professor de Língua Portuguesa, mas, ao se exigir que ele dê conta de “todas as áreas do conhecimento”, o pressuposto parece ser o de que o professor não precisa dominar o conteúdo daquilo que ele vai ler. Além disso, esse mesmo professor tem que “contribuir para o desenvolvimento da cultura digital”! Na verdade, **podemos perceber que a apresentação não menciona sequer uma vez o professor. Quem tem objetivo é a “ferramenta”, que faz tudo sozinha sem necessidade de professor: basta usá-la e o “gosto pela leitura” e a “competência leitora” se desenvolvem.**

O grande acervo prometido compreende, até o momento, cerca de 60 títulos, para todos os alunos do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio. Os “exercícios” são corrigidos automaticamente pela plataforma. Isso significa que são de múltipla escolha, do tipo certo ou errado, verdadeiro ou falso: “Vovô viu a uva. O que vovô viu?” **Como se avalia “análise crítica” com apenas uma resposta correta? Os exercícios são os mesmos para as diferentes faixas etárias que leem os mesmos livros e para todos os alunos do Paraná?**

Quando finalmente entramos no site da plataforma (<https://leiaparana.odilo.us/>), encontramos a indicação dos passos que os alunos devem seguir: faça seu login; clique

em “clube de leitura”; selecione sua turma para ver os livros sugeridos; escolha o livro que mais lhe interessar e clique em “acessar”. Professor pra quê?

Sem login, podemos visualizar os livros disponíveis e suas primeiras páginas, com as sugestões organizadas em seções: para os sextos e sétimos anos; para oitavos e nonos; para o Ensino Médio; e, na sequência, divisões como “projeto de vida e mundo do trabalho”, “ficção, fantasia e aventura”, “biografias inspiradoras”, “histórias em quadrinhos” e “literatura e vestibular”.

A simples visualização permite algumas constatações básicas e alarmantes sobre os títulos disponíveis e as sugestões de leitura:

1. Os poucos títulos anunciados, se comparados a bibliotecas escolares, se destinam ao Fundamental II e ao Ensino Médio, 7 anos no total, de todo o estado do Paraná. A padronização e a homogeneização de leituras, interesses e competências de leitura de milhares de alunos descartam sumariamente a alardeada ideia de variedade e adequação à faixa etária. Ignora-se mais uma vez a função do professor na seleção de textos a partir de diagnósticos de competência de leitura e interesses dos alunos.

2. Não há (quase) nenhum título de literatura portuguesa, africana ou indígena, nem de poesia ou teatro, contrariando o destaque dado à diversidade e aos gêneros literários nas OCNs e na BNCC, por exemplo.

3. Os mesmos títulos se repetem em diferentes seções. Por exemplo, *Por que fazemos o que fazemos*, de Mário Sérgio Cortella, é sugerido para o oitavo e nono ano, para o Ensino Médio e para “projeto de vida e mundo do trabalho”. *Frankenstein*, em quadrinhos, e *Moby Dick*, adaptado, aparecem para o oitavo e nono ano e para o Ensino Médio. Obviamente, quadrinhos indicados para todos os anos reaparecem em “histórias em quadrinhos”, o mesmo acontecendo com “ficção, fantasia e aventura” e “biografias inspiradoras”. Parece que a ideia básica de gradação de leitura, do simples para o complexo (defendida por especialistas e pelos documentos oficiais), não funciona aqui.

4. Os anunciados “clássicos da literatura universal” (universal para quem?) são, em grande parte, versões adaptadas, condensadas, recontadas, ou em quadrinhos. Ou seja, todos os alertas sobre a substituição da literatura difícil por textos digeríveis ou sobre o uso dos gêneros substitutivos, presentes nos documentos oficiais, são descaradamente ignorados.

5. A palavra “literatura” apareceu pela primeira vez, em uma plataforma que, supostamente, deveria incentivar o aluno a desenvolver competências literárias e o famoso “gosto” pela leitura, em agosto de 2023, quando foi criada uma nova categoria: “literatura e vestibular”. Nessa nova categoria foram incluídos os únicos autores de literatura brasileira presentes no acervo (apenas onze). Ao colocar tais obras na categoria “literatura e vestibular”, subentende-se que a

leitura e apreciação de autores brasileiros tem como finalidade apenas o vestibular, não sendo valorizada e muito menos incentivada para além desse contexto. Um dos fatores curiosos desta categoria se dá pelo fato de que não estão presentes nem a maioria das obras dos vestibulares do Paraná: **da lista da UFPR, por exemplo, nenhuma está disponível**. Afinal, qual a finalidade de criar uma categoria para os vestibulares do Paraná se esses títulos não estão disponíveis? Como criar o gosto pela leitura, especialmente pela literatura brasileira, se o aluno/leitor não tem acesso à imensa variedade de títulos e autores nacionais?

6. **Em contrapartida, encontramos os chamados “best-sellers”, o que denominaríamos de autoajuda e as diferentes áreas de conhecimento, entre elas uma série para quem tem não tem tempo: *A história do mundo/ do universo/ da filosofia/ da mitologia para quem tem pressa.***

Um processo de formação, de aquisição de uma competência exige tempo, trabalho e esforço. Não funciona para “quem tem pressa”:

Educar é um processo lento e difícil, dois adjetivos que em nossa época, em vez de serem termos elogiosos, qualificam defeitos. Hoje parece quase impossível convencer a maioria de nós dos méritos da lentidão e do esforço. [...] é relativamente fácil ser superficialmente alfabetizado para seguir uma comédia na TV, entender um jogo de palavras de um anúncio publicitário, ler um slogan político, usar um computador. Mas para nos aprofundarmos, para termos coragem de enfrentar nossos temores e dúvidas e segredos ocultos, para questionarmos o funcionamento da sociedade em relação a nós mesmos e ao mundo, precisamos aprender a ler de outra maneira, de forma diferente, que nos permita aprender a pensar. (MANGUEL, 2009, p. 49)

Disso podemos depreender: **a Secretaria Estadual de Educação do Paraná tem pressa em formar alunos superficialmente alfabetizados que saibam usar um computador.**

Essas **constatações básicas e preliminares sobre o Leia Paraná comprovam mais uma vez o fim: da função do professor**, aquele que explica particularidades do texto, tira dúvidas, contextualiza e incentiva o debate e o compartilhamento de interpretações; da autonomia na seleção de leituras adequadas para cada turma de acordo com a competência de leitura e interesses; do trabalho do professor em preparar atividades de avaliação adequadas a cada texto e a cada turma; da formação de um leitor crítico e competente, que aprenda a pensar e questione os caminhos da própria educação.

Sobre o Redação Paraná

Seguindo adiante, façamos a mesma **confrontação entre discurso oficial e realidade**, dessa vez com o Redação Paraná:

[...] [a plataforma Redação Paraná foi criada] com o objetivo de apoiar os estudantes da Rede no desenvolvimento da escrita por meio de redações de gêneros textuais diversos e temáticas atuais e, assim, promover o letramento

digital. A plataforma oferece aos estudantes oportunidades de praticar a digitação necessária para o mundo do trabalho e o feedback do professor, o que permite um aprendizado contínuo. Já para os professores, a plataforma oferece um banco de propostas completas com textos de apoio e alinhadas ao Currículo da Rede para cada ano e série escolar. Além disso, traz rubricas de cada gênero textual. (Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/redacao_parana. Acesso em: 19 ago. 2023).

Objetivos:

Oferecer ferramenta tecnológica adequada aos alunos para que eles possam elaborar produções textuais cada vez melhores, treinando, aperfeiçoando e melhorando, tanto a parte escrita, como o desenvolvimento de ideias e argumentação no texto, visando a alcançar melhores resultados em futuras redações e avaliações externas como o ENEM e vestibulares em geral. (Disponível em: https://aluno.escoladigital.pr.gov.br/redacao_parana. Acesso em: 19 ago. 2023).

Aqui também temos vários problemas. Novamente, a plataforma ganha protagonismo, sendo ela a responsável por “apoiar os estudantes da Rede no desenvolvimento da escrita”, ao mesmo tempo em que oferece ao professor “um banco de propostas completas”, instando-o a abdicar de sua própria responsabilidade em planejar as propostas mais adequadas a seus alunos. Além disso, “letramento digital” resume-se, aqui, somente à prática da “digitação necessária para o mundo do trabalho”, habilidade então prevista para ser desenvolvida na disciplina de Língua Portuguesa! Ainda, há a premissa de que o uso da plataforma irá levar a “melhores resultados em futuras redações e avaliações externas como o ENEM e vestibulares”, mas, até onde se sabe, essas provas continuam a ser realizadas, em sua esmagadora maioria, de forma manuscrita.

A plataforma permite que professores postem propostas de redação para os alunos, e que estes acessem essas propostas e insiram suas produções textuais. Assim que o aluno marca sua redação como “concluída”, um sistema de inteligência artificial chamado Language Tool faz a correção automática (40 pontos), considerada “objetiva”, detectando “erros” das seguintes naturezas: ortografia; sintaxe; semântica; e “outros”, englobando “grande parte das regras da norma-padrão da língua portuguesa”. Depois, os outros 60 pontos são atribuídos pela correção dita “subjetiva” do professor, de acordo com critérios de avaliação pré-definidos para cada gênero.

Há vários problemas aí. Primeiro: não fica claro o que seja considerado um “erro de semântica” (algo como *adiar* no lugar de *procrastinar*?; a diferença semântico-discursiva entre *João assinou o decreto ontem* e *O decreto foi assinado* será percebida pela plataforma?), muito menos quais “erros” estão relegados à categoria “outros”. Tudo isso provoca um reducionismo teórico que varre para baixo do tapete as grandes questões historicamente relevantes sobre a linguagem e cuja discussão os alunos deveriam ter total direito de acesso.

O que sabemos pelos relatos de professores é que essa correção automática é bastante falha, pois sequer detecta plágio (nem mesmo do próprio enunciado; o aluno pode copiar e colar os textos motivadores e receber nota máxima); ainda, ao apresentar a

opção de “ver explicação” de algum “erro”, a plataforma redireciona para fontes duvidosas, como blogs de gramática normativa e entradas da Wikipédia (novamente: professor pra quê?). Além disso, considera que a língua portuguesa é apenas norma-padrão, desprezando todas as demais variedades linguísticas que por ventura sejam utilizadas pelos alunos em suas redações, como na representação de diálogos em um conto, classificando-as como “erradas”.

Segundo: com toda essas falhas, o professor acaba tendo que *corrigir a correção da “inteligência artificial”*, algo inclusive demandado pelas próprias rubricas de cada gênero que o professor deve seguir, já que existe um critério de correção (“subjativa”) chamado “convenções de escrita”, algo que, a princípio, já deveria ter sido corrigido automaticamente, mas não foi. Com tudo isso, podemos questionar a contraposição “objetivo” x “subjativo” adotada na caracterização dos dois estágios de correção, percebendo que são noções relativas com as quais o discurso oficial escamoteia seus reais propósitos – valendo-se da nossa cultura pós-estruturalista, em que ainda carregamos o valor de que tudo o que é objetivo é melhor, e, de outro lado, tudo o que é subjativo é ruim. Assim, dar à máquina a “objetividade” confere-lhe uma imagem mais confiável, ao mesmo tempo em que apaga certas ideologias que lhe constituem, ao naturalizá-las; por sua vez, relegar a “subjatividade” ao professor desmerece o trabalho deste, rotulando-o como “arbitrário”, desprovido de critério, quando, na realidade, é balizado, sim, por uma série de pressupostos teóricos e metodológicos.

Chama a atenção, ainda, algumas opções terminológicas encontradas na plataforma, como a de “treinar redação”, o que implica que, se vamos treinar alguma coisa, ela já existe; portanto, somos levados a uma concepção de texto como um produto pré-existente, como uma fôrma, nos moldes, por exemplo, do texto dissertativo-argumentativo do ENEM. De certa forma, os vídeos explicativos de cada um dos gêneros, presentes numa das abas do Redação Paraná, confirmam essa noção: são animações de menos de um minuto que pretendem explicar, resumidamente, o que é poema, artigo de opinião, resenha, carta aberta etc. (gêneros de variadas esferas todos juntos e misturados), para que o aluno, a partir desse modelo, replique essas características em seu texto – sem ter tido acesso a poemas ou artigos de opinião reais, autênticos, para lê-los, discuti-los, e assim ir construindo suas habilidades linguístico-textual-discursivas a fim de poder produzi-los com autonomia, autoria e criticidade.

Em contraposição, podemos chegar a uma conclusão indesejável e antipática: o Redação Paraná é altamente autoral. Em teoria:

Todo ato de tomar a palavra implica a *construção de uma imagem de si*. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. (AMOSSY, 2016, p. 9)

Ora, o Redação Paraná manipula o usuário na construção de uma imagem do governo como um grande ente que só quer o bem aos professores e alunos; igualmente, constrói uma imagem de professor que se beneficia com tanta tecnologia benevolente, que não precisa registrar o que ele poderia discutir em termos teóricos ou metodológicos. A plataforma é igualmente autoral porque brinca com o imaginário das pessoas: vender um método de ensino de redação eficaz, totalmente digitalizado, que leva os alunos a sobreviverem no mundo tecnológico...

Porém, alguns fatos parecem ter sido solenemente ignorados pelo governo: a falta de infraestrutura adequada na maioria das escolas públicas paranaenses (salas de informática; equipamentos; rede de internet estável); a falta de proficiência dos alunos no uso dessas tecnologias (o que aponta para a necessidade de letramento digital, mas a ser desenvolvido, idealmente, numa disciplina à parte, por professores qualificados na área, e não à força nas aulas de português, inglês, matemática, em detrimento dos inúmeros outros conteúdos a serem desenvolvidos nesses componentes curriculares); e os próprios alertas de médicos e cientistas para os riscos da exposição prolongada dos jovens às telas, bem como os alertas de professores e especialistas em educação para o equívoco em que consiste o discurso de que as tecnologias são a solução para todas as deficiências educacionais.

Mas a SEED-PR, como se disse, segue com a imposição, o controle e a pressão sobre diretores, pedagogos e professores para que usem as plataformas. Paralelamente, até a data de hoje, agosto de 2023, já são mais de 20 “plataformas e aplicativos educacionais” implantados, e não apenas nas aulas de língua portuguesa: Inglês Paraná, Matific, Scratch, Alura, Edutech, Khan Academy, Desafio Paraná (o famigerado Quizizz), RCO (com os conteúdos e slides prontos, para o professor somente passar para os alunos) etc.

Além disso, subsistem muitos pontos obscuros nessa história toda, que demandam ainda maiores investigações da mídia, da justiça, da universidade e dos sindicatos: como (não) foi feita a consulta pública para a implementação dessa política educacional em larga escala? Houve licitação, quais os critérios de escolhas das empresas, sob qual regime, por quanto tempo, a que custos? E, o mais importante, quais as justificativas pedagógicas para essas escolhas? A última nós já sabemos bem a resposta: nenhuma.

Voltemos às perguntas feitas na Semana de Letras da UFPR: Pra que professor? O que espera do aluno? Após uma abertura de concurso público para professores e pedagogos, com uma década de atraso e, pasmem, apenas pouco mais de 1200 vagas para o Paraná inteiro (para professor de português, 25 vagas em Curitiba), podemos imaginar a postura do governo para com a categoria: descaso total; aqueles que não são substituídos pelas tecnologias (como em alguns cursos técnicos, em que apenas um professor dá aulas online para milhares de alunos) são reduzidos a meros instrumentalizadores de plataformas digitais. Com relação aos estudantes, então, o desrespeito não é menor: toda uma geração subestimada pelos poderosos, para que não pense, não reaja, não questione, simplesmente saiba digitar e reproduzir modelos.

Espanta o desconhecimento generalizado em relação a essa problemática. Que esse texto sirva de denúncia, alerta e convite para que possamos ampliar um verdadeiro diálogo, amplo e democrático, entre todos os que realmente se importam com a educação.

Referências:

AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2016.

MANGUEL, Alberto. *À mesa com o chapeleiro maluco: ensaios sobre corvos e escrivainhas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

